

AS AUDIOVISUALIDADES E A LUTA CONTRA A HOMOFOBIA EM PROCESSOS CURRICULARES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS

Maria da Conceição Silva Soares
UERJ, Brasil

Vanessa Maia Barbosa de Paiva
UFSJ, Brasil

RESUMO

Este texto se ocupa de fragmentos de uma pesquisa-intervenção que busca problematizar e alargar a tessitura das redes de significações sobre gênero e sexualidade em processos curriculares na formação inicial de professoras a partir do estudo de vídeos escolares contra a homofobia compartilhados no site YouTube e da produção de audiovisuais com as estudantes de Pedagogia. Propõe usos do audiovisual como dispositivo de pesquisa nas/com as redes educativas tecidas dentro-fora das escolas e das universidades e situa as práticas curriculares, tanto na educação básica como na formação docente, na contingência de uma cultura eminentemente audiovisual. O objetivo da pesquisa-intervenção é contribuir com as práticas-teorias que buscam desnaturalizar e combater a discriminação e a exclusão de pessoas consideradas como desviantes em relação aos modos hegemonicamente legitimados de experimentar as potências e os prazeres do corpo, tais como homossexuais, bissexuais, transexuais e transgêneros, entre outros, problematizando processos de produção de conhecimentos e de subjetividades tecidos com as demandas curriculares da formação em suas articulações com as apropriações cotidianas de formas-conteúdos audiovisuais. O texto apresenta considerações teórico-metodológicas sobre as audiovisualidades e sobre a homofobia, traz um mapeamento de vídeos contra a homofobia produzidos como trabalho escolar e compartilhados no YouTube a título de contextualização, e aborda processos desenvolvidos em duas atividades práticas: uma curadoria sobre esses vídeos e a produção de audiovisuais, ambas realizadas pelas estudantes de Pedagogia. A análise dos processos aponta para desnaturalizações e invenções que emergem com essas realizações, engendrando conhecimentos, formas de conhecer e modos de existência possíveis para além das modelizações hegemônicas.

Palavras-chave: Audiovisualidades. Homofobia. Vídeos escolares. YouTube. Formação de professoras.

1. INTRODUÇÃO; O CENÁRIO DE UMA PESQUISA

Este texto remete a fragmentos de uma pesquisa cuja relevância se acentua em um momento da história do Brasil no qual uma onda conservadora, elitista, racista, misógina, LGBTfóbica e fascista assola o país e ameaça direitos civis conquistados com muitas lutas. Tal movimento vem sendo capitaneado por políticos, principalmente ligados a partidos de direita e à bancada evangélica no Congresso Nacional, por representantes da sociedade civil e pelas mídias corporativas, comprometidos com a manutenção e o aumento dos privilégios culturais e socioeconômicos de grupos hegemônicos, por meio da afirmação de certa moral que se diz religiosa e necessária para a defesa da família brasileira, mas que opera para justificar a divisão do trabalho social e sexual, a desigualdade econômica e política e a dominação de uns sobre outros.

Nesse contexto, sistemas articulados de poder-saber buscam, incessantemente, legitimar a desigualdade e a dominação através de discursos, inclusive os imagéticos, que naturalizam, “biologizam”, “psicologizam”, quiçá sacralizam, uma diferença sexual que é culturalmente construída. Movimentos como o “Escola sem partido” e propostas de diretrizes para a Educação, como o “Plano Nacional de Educação”, a “Reforma do Ensino Médio” e a “Base Nacional Curricular Comum” buscam instituir escolas despolidizadas, assexuadas, desracializadas, conteudistas e tecnicistas, organizadas e voltadas para os interesses e as necessidades dos que propõem como naturalmente diferentes meninos e meninas, heterossexuais e homossexuais, cisgêneros e transgêneros. Escolas que, dessa forma, buscariam produzir, com suas práticas, o que defendem ser “natural”.

Nessa contingência, conceitos criados como instrumento de batalha, tais como “ideologia de gênero”, tentam ganhar apoio da população para proibir o debate sobre gênero e sexualidade nos cotidianos escolares e garantir o silenciamento das vozes que escapam às tecnologias de controle e regulação, patologizando alunos/as sexualmente dissidentes e culpabilizando professoras/as que põem o assunto em discussão.

Paradoxalmente, habitamos, neste século XXI, culturas eminentemente audiovisuais, ou, ao menos, como sugere Kilpp (2012), experimentamos uma audiovisualização das culturas sem precedentes. Vivemos, nos relacionamos, nos imaginamos e nos constituímos em meio a uma ecologia comunicacional¹ configurada, principalmente, por imagens e sons tecnicamente produzidos (Flusser, 2002) e disseminados em uma convergência de telas (Rincón, 2013) constituída por diferentes mídias, analógicas e digitais, fixas e móveis, que nos convocam, todo tempo, a produzir, usar, interpretar e pensar com narrativas audiovisuais.

1. Segundo Gomes (2012), a ecologia comunicacional é composta tanto pelos meios de comunicação como pelas novas tecnologias da comunicação convertidas em mídias. O termo diz respeito também à reciclagem de restos tecnoculturais, ou seja, fragmentos de imagens e sons que circulam nas redes.

Enfim, vivemos em um tempo no qual somos todos praticantes² (Certeau, 1994) das audiovisualidades que nos atravessam, nos informam, nos narram, nos agenciam e nos inventam, em um misto de prazer, vigilância, voyeurismo, criação e ativismo.

O barateamento e a facilidade operacional dos aparelhos de produção e veiculação de audiovisuais têm possibilitado a produção e a disseminação, em uma quantidade sempre crescente, de imagens e de sons (em múltiplas e não mais controláveis composições) criados e/ou remixados por não profissionais da informação, da arte e do entretenimento e distribuídos por outras vias que não apenas os já considerados tradicionais meios de comunicação de massa. As audiovisualidades assim engendradas criam novos modos de interação humana e promovem o que Gomes (2012: 199) define como uma reorganização sócio-tecnodiscursiva das culturas, por meio da qual a realidade inteligível se realiza, cada vez mais, “via processos midiáticos na dinâmica da circulação e segundo lógicas de fluxo da própria rede comunicacional”.

A ideia de audiovisualidades remete às práticas contemporâneas de assistir, realizar, baixar, armazenar, mixar, comentar, deletar e/ou compartilhar audiovisuais, criando, com essas operações, memórias, histórias, conhecimentos, sentidos e subjetividades que embaralham regimes de verdade, conformam realidades e que, ao invés de apostar em uma argumentação racional, buscam tocar o sensível, o emocional. As narrativas do presente são tecidas em redes pelas/com as audiovisualidades. Trata-se de pensar o audiovisual em sua processualidade e devir, ou, como sugere Kilpp (2010), como virtualidades que se atualizam, mas, simultaneamente, permanecem em potência.

A formação de professoras/es, como processo de invenção de si e de mundo (Kastrup, 2005, 2007), se tece com o que é aprendido nos diferentes contextos em que se vive (Alves, 2008, 2010), entre eles o dos usos das mídias e as apropriações das teorias e políticas educacionais. Neste cenário, a referida pesquisa-intervenção busca pensar um dos modos pelos quais a discussão das questões de gênero e sexualidade atravessa escolas de norte a sul do país e os diferentes contextos de formação de professoras: a produção de vídeos contra a homofobia realizada como trabalho escolar por estudantes que se valem dos dispositivos digitais de registro e compartilhamento de audiovisuais (celulares, webcam, tablets e afins) para propor formas de combate e exposição da referida prática. Para filtrarmos a vasta gama da produção existente, pensando na construção das nossas fontes de pesquisa, optamos por selecionar os discursos visuais e sonoros que “sobem” ao YouTube com legendas do tipo “trabalho de...” acrescidas da palavra “homofobia”.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A HOMOFOBIA

A homofobia, entendida de modo quase consensual como aversão às homossexualidades e às dissidências dos gêneros tais como estes são inteligíveis e autorizados, produz exclusão social, política e econômica, marginalização, humilhação, violência física e psicológica e até a morte de pessoas enquadradas nessas categorias, inclusive adolescentes e crianças. Embora o termo venha sendo questionado por alguns militantes e teóricos por ser redutor da complexidade dos motivos e dos modos pelos quais diferentes grupos são afetados por esse conjunto de sentimentos e atitudes negativos – pois, ao ter sua origem voltada para o preconceito em relação à homossexualidade masculina não contemplaria a lesbofobia, a transfobia, etc –, optamos, no contexto da pesquisa, pelo seu uso por entendermos que ele opera nas políticas públicas e nos discursos institucionais de modo ampliado, aplicando-se ao desprezo e ao ódio em relação a todos os modos considerados desviantes de se experimentar social e sexualmente as potências e os afetos dos corpos, ao mesmo tempo em que reconhecemos que esse uso revela uma limitação posta pela linguagem (Dinis, 2011) e pelo que ela põe em funcionamento.

É importante ressaltar que esse sentimento de hostilidade, medo e repulsa, que aqui chamaremos apenas de homofobia, não reside apenas nos indivíduos, não é somente um sentimento individual, mas é produto de modos de perceber, significar e agir que se engendram de modo ambíguo e paradoxal na cultura, no seio das diversas instituições, entre elas as ciências, as mídias e as escolas. A homofobia, além de ser um preconceito que ainda é fortemente tolerado em nosso país, é permanentemente fabricada e concebida no âmago de um sistema de saberes-fazer-poderes que opera a constituição da ordem sexual a partir da qual são organizadas as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre as pessoas, isto é, uma ordem baseada na categoria “sexo” e numa suposta diferença sexual que resulta de uma operação de classificação dicotômica dos corpos. Nas palavras de Borrillo (2010: 30):

“Essa ordem sexual, ou seja, o sexismo, implica tanto a subordinação do feminino ao masculino quanto a hierarquização das sexualidades, fundamento da homofobia; por conseguinte, a evocação constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política da construção da normalidade sexual. A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.”

A homofobia, ainda segundo Borrillo, articula-se em torno de emoções, de condutas e de um dispositivo ideológico e “está tão arraigada na educação que, para superá-la impõe-se um verdadeiro exercício de desconstrução de nossas categorias cogni-

2. Praticantes, para Michel de Certeau (1994), são os homens e as mulheres comuns que, dia após dia, exercitam, ou seja, praticam, ordens de todo tipo (da ciência, do mercado, da indústria, do Estado, das mídias, etc.) como uma “arte”, exercitando-as e burlando-as ao mesmo tempo a partir dos usos que fazem do que lhes é imposto.

tivas” (2010: 87). Assim, para combater a homofobia e todo tipo de violência e exclusão que ela engendra, especialmente no campo da educação, se faz necessário problematizar e desconstruir os discursos e as práticas cotidianas que fabricam e naturalizam a diferença entre os sexos-gêneros, forjando, com essa diferença, a heterossexualidade como a única forma possível e legítima de desejo, afeto e prazer, e, desta forma, como padrão de normalidade.

Guacira Louro (2014) acrescenta que a homofobia pode expressar um terror em relação à perda da autenticidade e da oposição binária entre os gêneros, e desta feita, infere que a regulação da sexualidade é indissociável do policiamento e da censura de gênero. De acordo com essa autora, as escolas, com suas arquiteturas, símbolos e códigos produzem a escolarização dos corpos e das mentes, informando o lugar de cada um e o que cada um pode fazer. Essas lições, afirma, confirmam e produzem diferença.

“Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades “escolarizadas”. Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporado por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos” (Louro, 2014: 65).

Do ponto de vista teórico-epistemológico-político, partimos da compreensão que os discursos e as práticas que engendram e naturalizam, permanentemente, o sistema que associa corpo-sexo-gênero-sexualidade pela ótica da diferença sexual e da heteronormatividade, assim como as desigualdades sociais dele decorrentes, é uma produção sociocultural que se ancora na categorização das pessoas a partir de uma classificação dos corpos, ou melhor, dos aparelhos genitais, no contexto de relações de saber-poder historicamente situadas e datadas (Foucault, 1988, 1999; Louro, 2008, 2013, 2014; Butler, 2008, 2013; Preciado; 2014, 2015). Nesta perspectiva, com as pesquisas desenvolvidas, temos buscado identificar, descrever e analisar práticas e discursos que produzem os “diferentes”, os “anormais”, “os desviantes”, para desnaturalizá-los e desconstruí-los, produzindo e reconhecendo, ao mesmo tempo, o engendramento de outras estéticas de existência, de singularizações, para além dos modelos que buscam a formatação da vida.

As práticas educativas, as normas escolares, os materiais didáticos, os conhecimentos curriculares, assim como as narrativas audiovisuais, são espaços-tempos de fabricação de identidades, de diferenças, dos diferentes e dos preconceitos em relação a eles, como também de problematização e desnaturalização desses processos.

3. O AUDIOVISUAL COMO DISPOSITIVO DE PESQUISA

A noção de audiovisualidade, que para nós amplia a tão celebrada liberação do polo de recepção e a transposição de telas, indica a necessidade de pensar o audiovisual não apenas como um produto acabado, mas como um conjunto aberto e movente de práticas, de usos, invenções e apropriações que, em sua processualidade, é imprevisível, transversal, complexo, tático, híbrido, hipertextual, coletivo, nômade e multifacetado. Praticar audiovisualidades, conforme entendemos, implica os gestos de, ao mesmo tempo ou alternadamente, criar, produzir, subir e baixar vídeos em sites, divulgar, compartilhar, assistir, interpretar, recortar, remixar, anexar, salvar, colecionar, deletar e comentar narrativas imagética-sonoras do ordinário e do extraordinário, do vivido, do imaginado e do até então impensado.

Os aparelhos produtores e os meios distribuidores de sons e imagens estão mais acessíveis à população e entram todos os dias nas escolas e nas universidades, sem pedir licença, nas mochilas, nos bolsos, nas mãos, enfim, colados aos corpos de discentes, de docentes e de todos/as aqueles/las que por lá circulam ou trabalham. Basta caminhar com disposição para enxergar e escutar atentamente os/as jovens pelos diferentes espaços/tempos das escolas do país, quicá do mundo todo, para nos depararmos com queixas, lamúrias e insatisfações em relação às formas/conteúdos da educação escolar, tal qual ela foi institucionalizada seguindo um determinado modelo de organização engendrado conforme uma lógica operacional que se tornou predominante no que convencionamos chamar de modernidade histórica.

No cotidiano das suas salas de aula, estudantes com fones nos ouvidos e com os polegares movimentando-se freneticamente sobre as telas dos celulares, passam o dia todo, se deixarem, ouvindo músicas, produzindo e editando fotografias, gravando e editando vídeos, postando informações e fazendo comentários nas redes sociais por meio de aplicativos instalados nos telefones móveis. Essas produções são compartilhadas, principalmente, em videologs, no YouTube, no Facebook e no WhatsApp.

Nessa ambiência audiovisual em que é preciso ver, mostrar e fazer ver para existir, novas relações de poder, saber e prazer engendram efeitos de realidade e regimes de verdade atrelados às imagens (Bruno, 2010) e às sonoridades que com elas compõem as narrativas de nossa cotidianidade. Entre essas produções encontram-se trabalhos escolares em vídeo criados para diferentes disciplinas em todos os níveis de ensino.

É considerando essa ambiência, que propomos usos do audiovisual como dispositivo de pesquisa em educação, seja para abordar as práticas educativas nos cotidianos das escolas ou em contextos de formação de professoras, como é o caso desse recorte.

De acordo com Foucault (1986), os dispositivos estão totalmente implicados na constituição/fabricação dos sujeitos, seja por meio do assujeitamento destes às suas tramas de saberes e poderes, seja por meio da participação ativa das pessoas nos seus

próprios processos de subjetivação. O termo dispositivo, que indica um conjunto de práticas de saber, poder e subjetivação, tem, para o autor, um sentido e uma função metodológica.

“Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 1986: 244).

Foucault (1986: 244) destaca, em segundo lugar, que entre esses elementos heterogêneos “existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes”. Por fim, o autor assinala que um dispositivo tem uma função estratégica dominante em um determinado momento histórico e que essa função é, principalmente, responder a uma urgência. Um dispositivo pode, ainda segundo Foucault, produzir um “efeito que não estava de modo algum previsto de antemão” (1986: 245).

Deleuze (2014), ao pensar essa noção a partir de Foucault, destaca que um dispositivo é um conjunto multilinear, uma espécie de novelo, em que há linhas de estratificação ou de sedimentação e linhas de atualização ou de criatividade, portanto linhas de fratura, todas elas movimentando-se em direções diferentes e formando processos em desequilíbrio e em devir. Os dispositivos, segundo este autor, são máquinas de fazer ver e de fazer falar, são regimes que podem ser definidos “em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações” (Deleuze, 2014: 2).

Dessa forma, agimos e nos constituímos em meio aos dispositivos aos quais pertencemos. A novidade de um dispositivo é, para Deleuze (2014), sua atualidade, que, de fato, é a nossa atualidade, ou seja, aquilo em que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir. Nessa perspectiva, o autor adverte que para analisar o que um dispositivo produz é preciso separar as linhas de um passado recente das linhas de um futuro próximo, ou seja, a parte da história e a parte do devir.

Tomar o audiovisual como dispositivo é também tomá-lo como um dispositivo midiático. Nessa perspectiva, inferimos com Gomes (2012: 200) que “os dispositivos midiáticos são sistemas de relações entre tecnologias, linguagens e práticas sociais que se configuram como espaços e modos de interação”. O autor afirma ainda que “é no trabalho do dispositivo que se realizam as disputas e apropriações dos sentidos” (2012: 200). E é nessa perspectiva que propomos o audiovisual como dispositivo de pesquisa em educação.

O audiovisual, tomado como um dispositivo midiático na pesquisa, opera engendrando experiências estéticas propícias tanto à normalização e ao assujeitamento como à reinvenção de si, do mundo e do próprio dispositivo. Trata-se, então, de pensar que o audiovisual como dispositivo constitui uma trama entre saberes, poderes e processos de subjetivação engendrada em meio a um conjunto heterogêneo de práticas normalizadoras e/ou de agenciamentos que instituem modos de ver/ouvir e de fazer ver/ouvir histórias criadas com artefatos tecnológicos, como: aparelhos produtores de imagens e de sons, softwares de edição, canais e plataformas de veiculação, espaços-tempos para exibição/recepção, discursos teóricos e técnicos, leis de incentivo à produção, regulamentos, regimes de atenção, produção da visão e da audição, textos, sons e imagens disponíveis nas redes, remixagens, produtores, usuários, experimentações, etc.. Recursos materiais e imateriais diversos e contraditórios que nos afetam e agenciam, e em meio aos quais, permanentemente, nos inventamos e inventamos a nossa cotidianidade, tornando-nos, a qualquer tempo e a ao mesmo tempo, outros e em devir. A urgência à qual o dispositivo audiovisual responde é a urgência de conexão e comunicação em redes.

4. VÍDEOS CONTRA A HOMOFOBIA PRODUZIDOS COMO TRABALHOS ESCOLARES

Em um levantamento realizado em 2015 e 2016, buscando pelas palavras “trabalho” e “homofobia” juntas, encontramos centenas de vídeos produzidos como trabalhos escolares contra a homofobia compartilhados no YouTube. Criado em 2005, esse site de compartilhamento de vídeos é considerado um dos maiores fenômenos da cultura participativa em tempos de experiência digital em redes.

“O YouTube, mais ainda do que a televisão, é um objeto de estudo particularmente instável, marcado por mudanças dinâmicas (tanto em termos de vídeos como de organização), diversidade de conteúdos (que caminha em um ritmo diferente do televisivo mas que, da mesma maneira, escapa por meio do serviço e, às vezes, desaparece de vista) e uma frequência cotidiana análoga, ou “mesmice”. Há ainda a complicação adicional de sua dupla função como plataforma top-down de distribuição de cultura popular e como plataforma bottom-up de criatividade vernacular. É entendido de vários modos: como plataforma de distribuição que pode popularizar em muito os produtos da mídia comercial, desafiando o alcance promocional que a mídia de massa está acostumada a monopolizar e, ao mesmo tempo, como uma plataforma para conteúdos criados por usuários na qual desafios à cultura comercial popular podem surgir” (Burgess, 2009: 23-24).

A equipe da pesquisa optou por trabalhar com as primeiras 165 produções encontradas. Para realizar as análises, foi feito download dos vídeos que foram arquivados em pastas individuais acompanhados de uma ficha com todos os dados que foi possível reunir: data da postagem, do acesso, número de visualizações, comentários, autores, escola, região, tempo de duração etc... Um levantamento já realizado aponta que na maior parte não há indicação da escola, da disciplina para qual o trabalho foi produzido e muito menos a referência dos textos e das imagens (não autorais) utilizados na composição das narrativas, com exceção, quase sempre, da música que funciona como trilha sonora.

Entre os vídeos que indicam os espaços-tempos em que foram produzidos, constatou-se que a maior parte deles é realizada por alunos de escolas estaduais de ensino médio, embora haja também trabalhos produzidos por estudantes de escolas particulares e públicas de diferentes níveis de ensino, como em faculdades (Direito, Psicologia, Comunicação Social, Serviço Social e Pedagogia) e escolas de ensino fundamental (nos últimos anos) de várias regiões do Brasil. Pudemos identificar trabalhos produzidos em São Caetano do Sul (SP), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Linhares (ES), Groaíras (CE), Cajuru (SP), São José (SC), Bauru (SP), Caieiras (SP), Vitória (ES), Nova Odessa (SP), Pinhais (PR), Santa Cruz das Palmeiras (SP), Rio Branco (AC), Londrina (PR), João Pessoa (PB), Recife (PE), Guaíba (RS), Fortaleza (CE) e Sorocaba (SP), entre outras localidades.

Entre as disciplinas para as quais os “trabalhos contra a homofobia” foram criados, estão Sociologia, Filosofia, Redação, História, Arte, Português, Inglês, Espanhol e Biologia, com maior concentração nas cinco primeiras. O trabalho compartilhado no YouTube há mais tempo encontrado data de 2007 e o mais recente é deste ano de 2015, mas a maior concentração de compartilhamentos, a maior quantidade de visualização e o maior número de comentários a esses trabalhos se dão entre os anos de 2011 e 2013.

Grande parte dos vídeos visualizados foi produzida a partir de uma composição entre textos, fotografias disponíveis na internet e uma música de fundo. Muitas frases clichês se repetem em diferentes trabalhos: “Homofobia mata!”, “Homofobia é crime!” e “Homossexualismo (Homossexualidade nos vídeos mais recentes) não é doença”. Muitas imagens e textos são usados em diferentes vídeos para produzir novas composições. As fotografias de arquivos da internet mais usadas nesses vídeos remetem às paradas gays, bandeiras do arco-íris em diferentes formatos, imagens de vítimas de violência homofóbica e imagens de casais homossexuais em cenas de afeto. As músicas mais utilizadas são de artistas pops contemporâneos, tais como Adele, Cold Play, Lady Gaga e Katy Parry, mas também músicas que se tornaram, de certa forma, hinos LGBT, tais como “It’s Raining Men” e “Y.M.C.A.”. As imagens que apresentaremos a seguir foram printadas dos vídeos.

Em outras produções, imagens em movimento são usadas nos audiovisuais dos estudantes para compor com os textos e fotografias, tais como reportagens de programas jornalísticos que denunciam diferentes tipos de violência contra homossexuais e transexuais, cenas de filmes ficcionais, fragmentos de documentários, peças publicitárias e depoimentos. São narrativas audiovisuais criadas com a apropriação, edição, mixagem e hibridização de imagens da indústria cultural para imprimir outras narrativas informadas por outros desejos e outros interesses.

Depoimentos gravados pelos próprios estudantes com amigos gays, parentes, vizinhos, professores e especialistas, inseridos nos vídeos com fotos e textos ou ganhando a cena por si mesmos, significam a introdução de um elemento novo, diferenciando, no que se refere às condições de realização, essas produções dos vídeos produzidos por videomakers sem câmeras. Vale destacar nesse processo, o protagonismo das juventudes que se apresentam como homossexuais, expondo-se publicamente para falar do preconceito nas escolas e nas famílias, mas também dos modos que o enfrentam, de seus desejos, prazeres e condições de vida. Eles apontam, muitas vezes, para questões que transbordam as ideias de diferença, respeito e tolerância, interrogando o que foi naturalizado e o que é quase sempre impensável.

É importante destacar eu entre essas produções há uma quantidade significativa de vídeos de ficção, nos quais meninos e meninas que se apresentam como heterossexuais fazem “papel” de gays, lésbicas, travestis e transexuais. As histórias, geralmente, versam sobre casos de bullying e agressões físicas.

Além de estereótipos associados às homossexualidades e identidades de gênero na construção dos personagens, é possível observar nessas produções certo desconforto dos atores/atrizes, que, para compensar ou se justificar, apresentam no fim da narrativa cenas de bastidores com brincadeiras, erros de gravação e outras passagens para deixar claro que se trata de uma representação. De qualquer forma, se colocar no lugar do outro, sentir o que é viver nesse lugar que a sociedade lhe reservou, é sempre uma experiência que impulsiona desnaturalizações em relação ao gênero e à sexualidade.

Com esses vídeos emergem múltiplas problematizações. Muitos desses protagonistas são menores de idade e não possível saber se há autorização dos pais e responsáveis para o uso das imagens. Quais seriam as implicações dessa exposição? Também não é possível saber se o tema do trabalho foi uma solicitação dos professores/as ou uma escolha de estudantes, e nem mesmo se houve debate e questionamento dos conteúdos e formas durante a apresentação em sala de aula. Contudo, podemos assegurar que a discussão sobre a homofobia faz parte das redes curriculares tecidas nas/com as escolas, queiram ou não as autoridades e que, de maneira geral, os/as estudantes se orgulham de suas produções, o que pode ser aferido com as descrições, os comentários e a própria atitude de compartilhar os vídeos.

5. APROPRIAÇÕES DE PRODUÇÕES DE VÍDEOS POR ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Conforme o exposto neste texto, a pesquisa-intervenção ainda está em andamento. Dessa forma, os dados produzidos com as práticas em pesquisa aqui relatadas ainda não foram analisados pela equipe.

A primeira experiência, com objetivo de pensar apropriações dos vídeos produzidos como trabalhos escolares contra a homofobia pelas estudantes foi realizada no segundo semestre de 2016 com uma turma do curso de Pedagogia de uma universidade pública situada na cidade do Rio de Janeiro e se constituiu em uma curadoria, realizada em grupos, em que cada um deles pesquisou no YouTube cinco dessas produções e apresentou para as colegas promovendo, a seguir, análises e debates. Durante três encontros que ocuparam-se essas apresentações as estudantes discutiram formatos, linguagens, regimes de verdade

produzidos com os audiovisuais, conceitos e estereótipos relacionados ao gênero e à orientação sexual usados/criados, modos de produzir sentidos e significações e questões éticas, políticas e religiosas observáveis nos vídeos escolhidos. Os vídeos apresentados foram baixados e arquivados pela equipe da pesquisa juntamente com os trabalhos escritos entregues pelas estudantes. Todo o debate foi gravado em vídeo para posterior análise.

Quase todos os grupos preocuparam-se em apresentar produções com formatos variados, como documentários, que segundo as estudantes, “se propõem a abordar o tema com seriedade, e ficções, que se ocupam da questão com mais leveza e às vezes em tom de brincadeira, o para elas é mais interessante”. Muitas trouxeram produções que abordam a homofobia nos cotidianos escolares e alertaram para, em alguns casos, para a omissão por parte de professores: “O professor que silencia é cúmplice do preconceito. Será que o professor silencia porque não sabe o que dizer? Muitos professores têm dificuldade de lidar com isso. Eles têm medo. É complicado”.

Durante as rodas de conversa que se seguiram às apresentações, as estudantes discutiram também as montagens, os clichês, o uso de textos e imagens disponíveis na internet sem se preocupar em informar as referências, preconceitos que sutilmente atravessam produções que tentam combatê-los, e questionaram as escolhas das fontes, envolvendo quase sempre um “especialista”, pedagogo ou psicólogo, e autoridades religiosas, como pastores e padres.

A outra experiência, realizada pela mesma turma neste primeiro semestre de 2017, foi a produção de audiovisuais. Elas firmaram dois grupos para a produção de uma ficção e um documentário.

A ficção, intitulada “Luiza”, postada na página da disciplina no Facebook, narrou a história de uma moça “criada para casar e ter filhos” e que se apaixona por outra moça que conheceu na faculdade. As estudantes ocuparam-se de todo o processo de realização, incluindo roteiro, construção das personagens, gravação, edição e também atuaram. As gravações, com diferentes câmeras, foram realizadas dentro da universidade e em espaços públicos. O vídeo aborda questões como preconceito social, conflitos familiares, repressão religiosa, inseminação artificial e família homoafetiva.

O documentário, intitulado “Gênero e orientação sexual na escola”, compartilhado no YouTube, constituiu-se pelo cruzamento de entrevistas e depoimentos de pesquisadores, professores e estudantes, inclusive homossexuais e transgêneros, versando sobre preconceitos e discriminações sofridos em sua vida escolar e sobre a necessidade dessa discussão nas escolas e na formação de professores.

Durante as apresentações, as estudantes destacaram a preocupação em não cometer alguns equívocos que identificaram nos vídeos produzidos como trabalhos escolares e relataram ter experimentado o preconceito e a discriminação enfrentados pelas populações LGBT durante as filmagens.

Nas duas experiências acima relatadas, o audiovisual operou com um dispositivo de pesquisa, produzindo problematizações e engendrando redes de sentidos e processos de subjetivação e formação.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com os resultados parciais produzidos com a pesquisa, inferimos que o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas e universidades não depende unicamente da instituição de políticas públicas e programas governamentais, apesar dos incentivos ou impedimentos que estes podem efetivamente constituir. Tal debate se impõe e se engendra com a criação curricular tecida nos/com os cotidianos das escolas e universidades, em consonância com demandas sociais. Essa discussão circula em múltiplas redes e é tecida na articulação de saberes-fazeres tidos como escolares com aqueles saberes-fazeres produzidos e/ou consumidos/atualizados em outros contextos de nossas vidas, como as produções audiovisuais fabuladas por praticantes/usuários dos artefatos tecnológicos.

Quando olhamos para as produções audiovisuais hospedadas no YouTube ou entres outros sites da internet que permitem o compartilhamento de vídeos, nas distintas contingências de cada vida que se dispõe a estar diante de uma câmera para falar de si, do outro, de todos nós, percebemos que temas considerados tabus, a despeito de todas as tentativas de controle, transbordam os limites do permitido, escapam da vigilância proibitiva e atravessam histórias individuais e coletivas, produzindo outras subjetividades e outras redes de significações. De alguma forma precisamos, nas escolas e na academia, aprender a praticar e a problematizar discursos sobre gênero e sexualidade criados com esse dispositivo. Cabe a nós, pesquisadores e educadores estarmos atentos a eles e ao que com eles se institui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, N. (2008). Tecer conhecimentos em rede. Em: N. Alves, R. L. Garcia (Ed.), *O sentido da Escola*, pp. 91-99. Petrópolis, RJ: DP et Alii.
- Alves, N. (2010) Redes Educativas ‘dentrofora’ das escolas, exemplificadas pela formação de professores. En: L. Santos, Â. Dalben, J. D. L. Leal, (Ed.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Currículo, Ensino de Educação Física, Ensino de Geografia, Ensino de História, Escola, Família e Comunidade*, pp. 49-66. Belo Horizonte/MG: Autêntica.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Bruno, F. (2010) Circuitos de vigilância: controle, libido e estética. En: B. S Leal, C. C. Mendonça, C. Guimarães (Ed.). *Entre o sensível e o comunicacional*, pp. 253-273. Belo Horizonte: Autêntica.
- Burgess, J. (2009). *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade*. São Paulo: Aleph.
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2013). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". En: G. L. Louro (Ed.). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*, pp. 151-172. Belo Horizonte: Autêntica.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Deleuze, G. (2014). ¿Que és un dispositivo? En: *Michel Foucault, filósofo*, pp.155-161. Barcelona: Gedisa, 1990.
- Dinis, N. F. (jan./abr. 2011). *Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência*. Educar em Revista (n. 39), pp. 39-50.
- Foucault, M. (1986). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M (1988). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- Foucault, M.(1999). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1976-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- Flusser, V.(2002). *A filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Gomes, M. S (2012). Imagens midiáticas: comunicando a si mesmas. En: S. Montañó, G. Fischer, S. Kilpp (Ed.). *Impacto das novas mídias no estatuto da imagem*, pp. 197-203. Porto Alegre: Sulina.
- Kastrup, V. (set./dez, 2005). *Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre*. Revista Educação & Sociedade (vol. 26, n. 93), pp. 1273-1288.
- Kastrup, V. (2007). *A Invenção de si e do mundo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Kilpp, S. (2012). Dispersão-convergência: apontamentos para a pesquisa de audiovisualidades. En: S. Montañó, G. Fischer, S. Kilpp (Ed.). *Impacto das novas mídias no estatuto da imagem*, pp. 223-238. Porto Alegre: Sulina.
- Kilpp, S.(2010). Imagens conectivas da cultura. En: S. Kilpp, A. R. Silva, N. M., Rosário (Ed.). *Audiovisualidades da cultura*. Porto Alegre: Entremeios.
- Louro, G. L. (jan./jun, 2008). *Cinema e Sexualidade*. Revista Educação & Sociedade (vol. 33), pp. 81-98.
- Louro, G. L. (2013). *Pedagogias da Sexualidade*. En: G. L. Louro (Ed.). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*, pp. 07-33. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Preciado, B.(2014). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições.
- Preciado, P. B. (2015). *Activismo postporno*. En: El Mundo (on-line). Disponível em: <http://www.elmundo.es/cultura/2015/04/18/552e788222601da62d8b458c.html>. Acesso em: 21 de abril de 2015.
- Rincón, O. Experiências de convergência: inovação na análise e na expressão audiovisual. En: A. Berino, C. Soares (Ed.). *Educação e imagens II: currículos e dispositivos de produção e circulação de imagens*, pp. 23-36. Petrópolis/RJ: De Petrus; Rio de Janeiro: FAPERJ.

CURRÍCULO

Maria da Conceição Silva Soares

Professora doutora da Faculdade de Educação, no Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino, e do Programa de Pós-graduação em Educação (PROPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença.

Vanessa Maia Barbosa de Paiva

Professora doutora do Departamento de Letras, Artes e Cultura, curso de Jornalismo, na UFSJ. Pós-doutoranda no PROPED/UERJ. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Currículos, Narrativas Audiovisuais e Diferença.